



MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE POPULAR

Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora Fontana Baseio ¹

<http://lattes.cnpq.br/8808067037267950>

Renato Rodrigues Lima²

<http://lattes.cnpq.br/2848070831911536>

RESUMO – Este artigo discute as possíveis compatibilidades entre as intenções presentes quando da criação de data comemorativa ou de monumentos e as controvérsias surgidas no âmbito popular sobre o assunto. Para tanto, selecionam-se alguns casos que provocaram controvérsias na comunidade em que se inserem. São exemplos de um processo muito mais amplo, pelo qual grupos de poder buscam manipular a memória coletiva, a fim de satisfazer interesses econômicos ou políticos variados.

PALAVRAS-CHAVE – memória coletiva; memória; identidade popular.

ABSTRACT – This article discusses the possible compatibility between present intentions when the commemorative date of creation or monuments and disputes arising under popular on the subject. To this end, some cases You select which caused controversy in the community in which they operate. They are examples of a much broader process by which power groups seek to manipulate the collective memory, in order to meet economic interests or various politicians.

KEYWORDS – Collective Memory; memory; popular identity.

Introdução

Esta reflexão parte do pressuposto de que pessoas ou grupos da sociedade, em alguns casos, buscam utilizar a figura de personagens históricos ou eventos famosos para

¹ Doutora em Letras Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo –USP. Professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro-UNISA-SP. E-mail do autor dorafada@ig.com.br.

² Aluno do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro-UNISA-SP. E-mail do autor renatorlimaxx@gmail.com.



criarem monumentos escultóricos e datas comemorativas, a fim de angariarem simpatia da população e futuro apoio em seus projetos de poder.

A manipulação da imagem dos personagens e eventos históricos é realizada com intuito de intervir no registro da memória coletiva.

Em alguns casos, porém, esse objetivo provocou resistência por parte de segmentos importantes da população, como nos eventos abaixo analisados.

A utilização do termo identidade neste estudo busca compreendê-la como traços compartilhados entre um povo, os quais o diferenciam dos demais, como mostra a transcrição parcial abaixo:

Desse ponto de vista podemos dizer que a cultura é um elemento definidor da identidade de um povo. Cada sociedade é o que é, porque construiu a sua cultura, ou as suas concepções de mundo. Ao longo de sua história cada povo construiu sua cultura: sua língua, seu folclore e costumes, sua religião e suas manifestações artísticas, sua forma específica de relações familiares, sua história e seu patrimônio histórico, entre outros elementos típicos e definidores do povo. Mesmo relacionando-se com outros povos e outras culturas, esse “eu cultural” se autodefine pelas suas diferenças em relação aos seus vizinhos, aos “outros” que também se constituem a partir de características específicas. E assim, se nos perguntássemos o que define ou identifica cada povo, seríamos levados à seguinte resposta: sua cultura. A identidade do povo é sua cultura e a sua cultura é seu “eu”. (CARNEIRO, 2013, p. 117)

Para fins deste estudo, entende-se por memória a reconstrução do passado de forma contínua, mas nem sempre fielmente recuperada em toda sua integridade (CANDAUI, 2014, p. 9).

Pode-se entender o conceito de memória como uma ideia em constante modificação e adequação às funções, às utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades humanas, ou seja, para cada momento na história, buscou-se significar a memória por meio de metáforas inteligíveis, usando-se conhecimentos familiares a cada época (KESSEL, 2015, p. 1).

Por sua vez, memória coletiva pode ser entendida como um elemento abstrato que contribui para o sentimento de pertencimento a um dado grupo, por meio de



passado comum sobre o qual os membros compartilham memórias (KESSEL, 2015, p. 3).

Dessa forma, a memória coletiva mantém um sentimento que une o grupo, ou seja, permite a existência de uma identidade do indivíduo baseada na memória compartilhada em campos, como o histórico, o real e, inclusive, o simbólico.

Normalmente os grupos que apresentam uma memória coletiva habitam um mesmo território, ou seja, além de compartilharem memórias dividem um espaço físico delimitado pelas fronteiras de países, estados ou cidades, como é o caso dos exemplos tratados nesta pesquisa.

Mais do que fronteiras territoriais, as memórias estão contidas em fronteiras culturais, compostas por culturas cheias do imaginário e do simbólico, sobre os quais Dias (2011, p. 282) teceu comentários elucidativos, conforme transcrição adiante:

Muito além da definição das fronteiras como zonas limítrofes entre os Estados nacionais – construídas e impostas pelos governantes que, através de práticas nacionalistas procuraram criar diferentes “comunidades imaginadas” –, estas também são marcos simbólicos, locus privilegiado de encontro com a diversidade e, talvez por isso mesmo, espaços de tensão, simbólica e real.

A construção das fronteiras pode ser verificada no interior da cultura, a exemplo do “imaginário” e do “maravilhoso”. O imaginário é um dos fenômenos culturais que englobam as formas de pensar, as cosmologias e cosmogonias, ou seja, as representações que o homem cria sobre o seu universo simbólico, e é uma das áreas que mais se ampliou a partir da abertura da história para outros campos do conhecimento [...] (DIAS, 2011, p. 282)

Sob um olhar psicológico, Pokorski (apud KUSNETZOFF, 1982) corrobora com o entendimento sobre o imaginário e o simbólico, explicando como se manifestam no ser humano:

Segundo Kusnetzoff (1982) pertence ao registro imaginário a ilusão, o sempre igual, imagem e a semelhança do outro. O registro simbólico compreende o diferente, a noção de cultura, o ordenamento social, a denúncia de que não se é semelhante e que estamos incluídos em leis universais que nos governam, como por exemplo: o desenvolvimento homossexual e o complexo de Édipo. Assim, enquanto o registro



imaginário corresponde ao narcisismo primário, o registro simbólico pertence ao narcisismo secundário. (POKORSKI, 2015, p. 2)

Retornando a questão da memória, longe de ser um ato mecânico, como ocorre com os dados armazenados em memória de computador, a memória humana recupera momentos de história com modificações, cuja variação depende das características do indivíduo e do meio no qual está inserido.

Ao perguntar para duas pessoas sobre suas lembranças relativas a um mesmo fato histórico, provavelmente serão ouvidas respostas diferentes, pois as pessoas guardam em suas memórias pontos específicos que têm maior relevância, segundo suas percepções, as quais são reflexos de sua condição social, idade, sexo, grau de instrução etc.

Cabe destacar que a memória coletiva sobre a história passa por meios sociais e políticos e pela comunidade, entre outros, como lembrou Le Goff (1990) a respeito da História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva:

. [São] Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história". Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: 'Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 1990, p.248)

Entre os casos emblemáticos que corroboram com a ideia de que a memória coletiva é influenciada por aspectos relacionados às condições sociais e o ambiente, dentre outros aspectos, pode-se citar o caso descrito na pesquisa (PORTELLI, 1998, p.1) intitulada: O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), a qual será tratada adiante.

A controvérsia em relação à invasão da cidade de Civitella Val di Chiana



Nesse caso específico, Portelli (1998) trata de um massacre ocorrido na Europa, provocado pelo enfrentamento de um grupo italiano de resistência ao exército alemão em 1944.

O autor explica que membros daquela sociedade, em período recente, buscaram celebrar a ação do movimento de resistência aos alemães, promovendo uma comemoração na data do massacre, com o objetivo de transformar esse dia em data comemorativa, o que não foi bem visto pela maioria da população da localidade.

Ao contrário do grupo que queria imortalizar o momento histórico da invasão como representação de um ato de bravura a ser registrado na memória coletiva, grande parte da população tinha outra percepção, pois se recordava negativamente daquele evento.

A maior parcela da sociedade de Civitella Val di Chiana via o caso de invasão como um momento em que um grupo de ativistas irresponsáveis defendeu suas convicções e expôs toda a população de Civitella Val di Chiana à violência dos soldados alemães, provocando a invasão da cidade e a morte de 115 civis. (PORTELLI, 1998, p.1)

Mesmo no caso extremo da resistência que se fazia à ocupação estrangeira, controlada pela polícia nazista, no momento histórico em que ocorreu o massacre, percebe-se a discordância de percepção entre grupos, com interpretação antitética sobre o mesmo acontecimento histórico.

Em território brasileiro, podem-se citar casos em que a intenção em utilizar os monumentos escultóricos provocou discordância da população de Taubaté e Lorena.

Trata-se dos casos das estátuas do Caipira e da Liberdade, que, com motivos diferentes, provocaram polêmicas apaixonadas nas cidades em que foram instaladas, com comportamentos coletivos que contrariaram os objetivos dos idealizadores desses projetos.

Polêmicas com estátuas nos estados de São Paulo e Minas Gerais



Na cidade de Lorena, a população não absorveu a réplica da estátua da Liberdade como elemento significativo para comunidade.

O grupo considerou que a obra não possuía características históricas, sociais e culturais aceitas e compartilhadas pelo povo loreense; longe disso, houve questionamentos da população sobre qual era a intenção da rede de lojas em colocar uma obra que representa os Estados Unidos da América em seus pontos de atendimento no interior paulista, que não possui qualquer relação próxima com essa representação.

A estátua representativa dos Estados Unidos não encontrou ressonância no imaginário cultural do povo loreense.



Imagem 1: Réplica da Estátua da Liberdade instalada em loja de Lorena-SP

Percebe-se, assim, a importância da memória coletiva como reflexo dos processos socioculturais que interagem em um determinado espaço e tempo, cuja complexidade das relações não pode ser subestimada e tratada como mero objeto manipulável, conforme o interesse de entes públicos ou privados.

Analisando o caso da réplica da estátua da Liberdade colocada sobre uma loja de departamentos, como mostra a matéria do Jornal *O Vale*, de 09/11/2014, na cidade de Lorena, no estado de São Paulo, vê-se que a representação de fato histórico ou



personalidade pode ser interpretada de várias maneiras, que podem destoar do objetivo inicial dos idealizadores do projeto.

Para a sociedade norte-americana, a estátua da Liberdade representa o ato de libertação daquela jovem nação (Estados Unidos) do domínio da Grã-Bretanha e a sua amizade com o povo da França, fato que carece de significação para o povo brasileiro que não compartilha da mesma história e cultura dos estadunidenses e, especificamente para a população da cidade de Lorena, configura-se como algo distante, pois não tiveram ligação com o evento de libertação dos Estados Unidos apoiado pelos franceses. A citada estátua não faz parte da memória coletiva daquele povo do interior de São Paulo, portanto não possui legitimidade e aceitação naquele ambiente.

Outra situação que ganhou espaço na imprensa escrita é a da cidade de Ouro Fino-MG, que figura na canção intitulada como “Menino da Porteira”.

Para homenagear o personagem da canção e atrair turistas, o prefeito decidiu construir uma porteira gigante e a estátua de um menino na entrada da cidade, como mostra a imagem 2, o que foi bem aceito pela população e chamou a atenção dos turistas.



Imagem 2 – O menino da porteira



O prefeito pretende construir uma réplica do boi, responsável pela morte do menino da porteira, de acordo com a canção. Entretanto, essa ideia não foi bem aceita, gerando manifestações de discordância da imprensa escrita, conforme trecho de entrevista, publicada na *Revista Veja* (2015, p.36) apresentada adiante:

Não é de mau gosto fazer a estátua do bicho que matou o personagem famoso?

Não vamos fazer o menino morrendo, caído. Vamos retratá-lo em frente ao boi, vivinho. O monumento terá 5 metros de altura e 9 de comprimento. Vai ficar parecendo um prédio. Confesso que isso gerou polêmica inicialmente, mas, no fim, já ajudou a divulgar ainda mais o lugar.

A intervenção na memória coletiva não é simples de ser praticada, mas há exemplos com melhores resultados do que este da cidade de Lorena, como a pintura intitulada “Independência ou Morte” (veja imagem 1), realizada por Pedro Américo, 66 anos após o 7 de setembro de 1822, data da Independência do Brasil em relação a Portugal.

Naquela pintura, o objetivo é eternizar o evento de Independência do Brasil, com uma visão elitista e defensora da realeza.

Apesar das controvérsias sobre o evento conhecido como o grito do Ipiranga, tendo em vista o local da cidade de São Paulo onde poderia ter ocorrido o fato histórico, deve-se reconhecer que a pintura conseguiu ser fixada na memória coletiva.



Imagem 3: Quadro Independência ou Morte

O caipira de Taubaté-SP

114

No caso da cidade de Taubaté-SP, observa-se mais um exemplo de que a memória coletiva é influenciada pelo gosto da sociedade, simpatia e outros aspectos subjetivos, os quais não são fixos, imutáveis e manipuláveis.

Trata-se de uma polêmica em torno da homenagem feita pelo prefeito de Taubaté à figura do escritor Monteiro Lobato, por meio da contratação de artistas que recriaram alguns personagens do autor, por meio de estátuas instaladas em praça pública, referentes aos personagens famosos: Narizinho, Emília e o caipira Jeca Tatu.

O prefeito tinha como objetivo fazer uma homenagem ao artista pré-modernista, por meio da construção das estátuas dos seus personagens. Entretanto, a população identificou a estátua (veja imagem 4) do Caipira como representação da obra de Mazzaropi, outro personagem ilustre da cidade.



Imagem 4: Estátua de Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato

Em pesquisa realizada por Salvadori (2008) na praça onde estava instalada a estátua “O caipira”, os entrevistados associaram a personagem representada como Mazzaropi, em vez do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

José Bento Renato Monteiro Lobato nasceu em Taubaté-SP, no dia 18 de abril de 1882 e foi um dos mais expressivos escritores brasileiros, ocupando, também, cargos públicos, como o de promotor de justiça. Além de escritor e empresário, Monteiro Lobato era proprietário de terras que herdou da sua família.

De outro lado, temos Amácio Mazzaropi, que nasceu em 9 de abril de 1912 na cidade de São Paulo-SP, mas passou boa parte de sua vida em Taubaté-SP.

Mazzaropi foi ator, cineasta e empresário e é lembrado por personagens célebres, como o corintiano e o vendedor de linguiça. Soube representar, de forma positiva, a figura do personagem caipira, ou seja, do trabalhador humilde do interior de São Paulo.

Considerações finais

As controvérsias identificadas neste artigo demonstram que a cultura de um povo é sedimentada sobre estruturas sólidas, que vão sendo construídas pouco a pouco.



Quando se tenta uma mudança abrupta das condições culturais, representadas pela aceitação da significação de alguns símbolos, a população reage e manifesta seus sentimentos e opiniões, os quais nem sempre são solidários às intenções dos agentes que apoiam as mudanças.

Em relação ao caso de Taubaté-SP, uma das possíveis respostas sobre o porquê da atribuição de autoria da imagem do Caipira a Mazzaropi refere-se a seu carisma nos trabalhos que realizou, capazes de eternizar a figura do caipira com ternura, mostrando-o como um ser inocente, inteligente e adaptável às dificuldades da vida, sem perder o bom humor, enquanto o personagem de Monteiro Lobato apresentava um indivíduo introspectivo e triste.

Já os casos de Civitella Val di Chiana e Lorena-SP demonstram que, em alguns casos, grupos tentam impor suas ideias sem levar em conta o fato de viverem em comunidade e a necessidade de ouvir opiniões divergentes, o que certamente gera polêmicas e até mesmo conflitos.

116

Conclui-se, pela leitura dos textos sobre a tentativa de criação de uma representação na memória coletiva por meio do uso de estátuas, que esta atitude, longe de funcionar de forma exata, segue rumos imprevisíveis e diversos daqueles esperados pelos sujeitos que tentaram controlar essas representações, sejam eles autoridades públicas, ou sujeitos privados.

Difícilmente se pode controlar o resultado de uma tentativa de criação de memória.

A memória coletiva é produto dos fenômenos sociais que perpassam a vida em sociedade, os costumes, a cultura, entre outros aspectos subjetivos e, desta maneira, são influenciados por uma série de questões subjetivas, que como tal dificultam o controle dos resultados de ações orientadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.



CARNEIRO, Neri de Paula. **Identidade e diferenças:** para uma antropologia do eu e do Outro. Revista Brasileira de Ciências da Amazônia, v2, n1 – 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rolimdemoura/article/viewFile/806/842>>. Acesso em: 21/10/2015. 15h03min.

CLAVURIER, Vincent. **Real, simbólico, imaginário:** da referência ao nó. Disponível em: <<http://www.cbp.org.br/n39a15.pdf>>. Acesso em: 21/10/2015. 14h05min.

DIAS, Renato da Silva. **Lugares de fronteira:** espaço territorial, simbólico e identitário – um ensaio. Temporalidades – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 3, n. 1. Janeiro/Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/05p275.pdf>>. Acesso em: 21/10/2015. 14h28min.

DONIZETE, Rodrigues. **Patrimônio cultural, Memória social e Identidade:** uma abordagem antropológica. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 21/10/2015. 13h53min.

117

FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.103-130. Guia de Taubaté de 26/07/2013. Estátua do Jeca Tatu é retirada da Praça Dr. Barbosa de Oliveira. Disponível em: <<http://guiataubate.com.br/noticias/2013/7/estatua-do-jeca-tatu-e-retirada-da-praca-dr-barbosa-de-oliveira>>. Acesso em: 11/06/2015. 12h43min.

Jornal *O Vale*, 09/11/2014. Estátua provoca polêmica em Lorena. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/estatua-provoca-polemica-em-lorena-1.570765>>. Acesso em: 10/07/2015. 12h25min.

KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva.** <[http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria e mem%C3%B3ria coletiva.pdf](http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria%20e%20mem%C3%B3ria%20coletiva.pdf)>. Acesso em: 11/06/2015. 13h18min.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e Memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1996. p.423-483.

MEIHY, José Carlos. "História Oral e identidade caipira, espelho, espelho meu?", in **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.34, 2012. pp.411-425. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>. Acesso em: 19/08/2015. 14h09min.

MUSEU MAZZAROPPI. **História de Mazaroppi.** Disponível em: <<http://www.museumazzaroppi.org.br/filmes/>>. Acesso em 10/06/2015. 09h53min.



Museu Paulista. Quadro Independência ou Morte de Pedro Américo. Disponível em: <<http://www.museudacidade.sp.gov.br/grito-quadro.php>>. Acesso em: 11/06/2015. 11h22min.

POKORSKI, Maria Melania Wagner. "O imaginário e o simbólico na construção do sujeito". Disponível em: <http://www.cbp.org.br/cprs/imaginariosimbolico.pdf>. Acesso em: 21/10/2015. 14h03min.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum." In: AMADO, Janaína. **Revista Veja**. Uma ode ao menino da porteira. edição 2443, ano 48, No. 37, 16 de setembro de 2015, p.36.

SALVADORI, Maria Ângela. "Esquecer, lembrar...preservar, destruir... à guisa de introdução; Patrimônio histórico-cultural, memória, identidade e cidadania". In: **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. p.09-23; p.25-61.

